

INCA cria política de enfrentamento ao assédio e à discriminação

Com a missão de colocar em prática ações para combater e enfrentar todo tipo de violência, a Coordenação de Gestão de Pessoas (COGEP), em conjunto com representantes das demais coordenações e unidades do INCA, elaborou a *Política de Prevenção e Combate ao Assédio Moral, Assédio Sexual, Violência Laboral e Discriminação*. O documento foi divulgado ao público interno por meio de postmaster enviado em junho. Um grupo de servidores está sendo estruturado para atuar na mediação dos conflitos na instituição.

Como parte das ações essenciais para conscientizar a força de trabalho sobre o tema, no dia 18 de junho foi realizado o evento *Enfrentando o assédio moral e as desigualdades no INCA: um diálogo necessário*.

O diretor-geral, Roberto Gil, participou da mesa de abertura. Também estiveram no encontro a presidente da Comissão de Equidade, Diversidade e Inclusão, Mariana Emerenciano, e



Etel Matiolo, coordenadora-geral de Gestão de Pessoas do Ministério da Saúde, encerrou evento sobre o tema

Alessandra Pereira, representante da COGEP, que trouxe os resultados do Censo Institucional. A auxiliar de Desenvolvimento de Métodos e Processos da área, Jeane Sampaio Rossi, apresentou as medidas e ações antirracistas desenvolvidas no Instituto desde 2023 até a atualidade.

A programação incluiu as palestras: *Desafios e perspectivas para enfrentamento ao assédio no INCA*; *Combate ao assédio na terceirização*; *Estratégias de combate ao racismo*; e *Trabalho e educação*.

⊕ MAIS NA INTERNET:

Assista ao evento na íntegra - <https://m.youtube.com/watch?v=Di2n6rgUWIM#bottom-sheet>

Consulte a Política na intranet - Gestão de Pessoas/Coordenação

Profissionais são capacitados para fazer registro de casos de violência interpessoal

De acordo com levantamento do Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro, apresentado no Panorama da Violência Contra a Mulher 2025, uma mulher é vítima de violência a cada 72 horas no estado. O módulo Políticas Públicas de Saúde e Oncologia, do Programa de Residência Multiprofissional em Oncologia, abordou o tema na disciplina, destacando a importância de identificar esses casos e preencher corretamente a ficha individual de violência interpessoal e autoprovocada do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan). “Conhecer essa realidade é fundamental para o enfrentamento da violência e o fomento das políticas públicas. Investir na formação dos profissionais de saúde é primordial para a qualificação dos serviços prestados à população”, salienta Ana Claudia Nogueira, que coordena o módulo.

A assistente social Marisa Chaves, da Comissão Especial de Segurança da Mulher do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher, fundadora e gestora do Movimento de Mulheres em São Gonçalo, ministrou a qualificação. Para ela, a ficha Sinan é um importante indicador de saúde, pois, por meio da consolidação dos dados, torna-se possível traçar diagnósticos dos impactos gerados pela violência por área de atuação,

considerando as realidades dos territórios. Segundo Marisa, é essencial o profissional reconhecer que está diante de um caso suspeito ou confirmado de violência, objetivando a garantia de direitos das vítimas.

A assistente social levantou o debate sobre como mulheres são atingidas por uma relação desigual de poder e se tornam vítimas. “Não devemos desviar o olhar quando percebemos que a verdadeira causa da busca por ajuda, muitas vezes, é a ocorrência de uma violência doméstica ou sexual. Identificar esses sinais é um dever de todos os profissionais de saúde e de toda a sociedade”, ressaltou.



Marisa Chaves preparou os profissionais para identificar possíveis casos de violência